

RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.270 - RS (2019/0148551-4)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **D G M EMBALAGENS LTDA**
ADVOGADO : **FLÁVIO HENRIQUE MIRANDA ZANETTINI E OUTRO(S) -**
RS075925B
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

EMENTA

RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3. TRIBUTÁRIO. INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL NO REGIME DO LUCRO PRESUMIDO. MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 1.008. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial manejado contra acórdão que, no que importa ao presente recurso especial, entendeu que na tributação pelo regime do lucro presumido o ICMS não pode ser excluído da receita bruta para fins de manutenção do regime ou apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

A recorrente alega divergência interpretativa e ofensa aos arts. 15, 20 e 31 da Lei nº 8.981/95 e sustenta, em síntese, que o ICMS não integra o conceito de receita bruta ou faturamento, base de cálculo para a aplicação do percentual para a tributação Imposto de Renda e da CSLL pelo lucro presumido, à semelhança do entendimento fixado pelo STF no RE 574.706 que exclui o ICMS da tributação pelo PIS e a COFINS por não configurar receita bruta ou faturamento.

Requer o conhecimento e o provimento do recurso especial.

Recurso extraordinário interposto e admitido na origem.

Admitido o recurso especial na origem, subiram os autos a esta Corte e vieram-me conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

A Primeira Seção desta Corte submeteu a matéria de fundo à sistemática dos recurso especiais repetitivos, tema 1.008, no âmbito do REsp nº 1.767.631 e outros, de relatoria da Ministra Regina Helena Costa, com a seguinte questão: *“Possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido”*.

A admissão de recurso especial como representativo da controvérsia impõe que os recursos interpostos (na Corte de origem), que tratem da mesma questão central, fiquem suspensos até o pronunciamento definitivo deste Tribunal.

Posteriormente, tais recursos devem ter seguimento negado (na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça) ou devem

ser novamente examinados pelo Tribunal de origem (na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça).

Assim, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após publicado o acórdão relativo ao recurso representativo da controvérsia, o recurso especial seja submetido ao procedimento acima referido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

